

ALAIN GONÇALVES/WHO

>> GOVERNO

Como os nossos empregos vão mudar

Fixe este nome: *flexigurança*. Será a próxima guerra entre Governo e sindicatos. E representa o fim do trabalho, como o conhecemos

PAULO PENA

ESTAS SÃO CENAS DO PRÓXIMO capítulo. Vem aí uma mudança profunda na forma como o Estado lida com o escaldante tema das relações laborais. Já no próximo ano, estará em debate na Concertação Social um conjunto de alterações às leis do trabalho (desencadeadas a pretexto da revisão ordinária do Código de Bagão Félix), cujo alcance, por enquanto, só se pode medir pela anunciada intenção do Governo de acompanhar o modelo nórdico da *flexigurança* (um neologismo que conjuga as ideias, aparentemente antagónicas, de flexibilidade e segurança). «Temos o objectivo de

aumentar a adaptabilidade da economia e garantir mais segurança aos trabalhadores», adianta à VISÃO Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. «Sem dúvida que, nesta legislatura, queremos introduzir algumas dessas medidas», prossegue, «mas este não é um fato que sirva para todos...» Em aberto estão as medidas do modelo.

NA DINAMARCA, no início da década de 90, a *passerelle* era dominada pelo desemprego (mais de 12%) e a moda da estação trouxe um choque de flexibilidade (liberdade para despedir e contratar) e segurança (subsídios de desemprego durante quatro anos, representando 96% do salário auferido, e políticas activas de formação

profissional). O *alfaiate* era um insuspeito ex-sindicalista, líder do partido social-democrata, Poul Nyrup Rasmussen. Propôs uma moratória de dois anos de paz social com os sindicatos, em troca desta combinação, simultânea, de investimento na formação, apoio social no desemprego e medidas de desregulamentação nas leis laborais (o chamado «triângulo dourado»). Rasmussen (*ver entrevista*) lembra agora, orgulhoso, que a coisa «resultou». O desemprego alto deu lugar a um pleno emprego técnico. E a situação em Portugal é, para Rasmussen, muito semelhante à que encontrou no seu país: «Quando estudo os projectos de José Sócrates, posso garantir que estão em linha com a minha própria experiência», afirma aquele

que é, sobre este tema, o principal conselheiro externo do primeiro-ministro português e lidera o Partido Socialista Europeu.

Dito assim, parece simples. Mas a situação dinamarquesa (e a holandesa, a finlandesa, a sueca, que seguiram políticas semelhantes) é tudo menos linear. Os dinamarqueses são o povo europeu que menos angústias reserva ao problema do emprego (só 10% se dizem preocupados, segundo o Eurobarómetro). Mas, anualmente (revela um estudo da Universidade de Aalborg), um quarto da população activa fica desempregada. Os indicadores mostram que a flexibilidade não trouxe consigo trabalho precário. Os *part-times* decresceram (de 20% em 1984, para 14% em 2000). E 91% dos trabalhadores mantêm contratos de trabalho permanentes, à moda «antiga».

O TRUQUE DA FLEXIGURANÇA está, precisamente, aí. «É o melhor modelo de mobilidade protegida que conheço», assegura António Dornelas, sociólogo do ISCTE e coordenador do *Livro Verde sobre as Relações Laborais* apresentado recentemente. Porque «as transições entre formas de emprego e desemprego são mais suaves» e, no fundo, é esse o desafio para trabalhadores e governos. «Você vai mudar, ainda assim, menos vezes de profissão do que de emprego. Mas vai ter de mudar algumas vezes durante a vida. Vai ser trabalhador por conta de outrem, a tempo inteiro; vai tirar anos sabáticos; vai ter *part-times*; vai acumular actividades», alerta este especialista. A «segurança» – manter os rendimentos mesmo estando no desemprego – suaviza estas «transições».

A essa luz, podem ser lidas algumas mudanças recentes em Portugal. No seu caminho para a *flexigurança*, o Governo reduziu para 30 dias o tempo máximo de espera pelo subsídio de desemprego (quando se arrastava por três meses). As alterações ao regime de Formação Profissional que estão, neste momento, a ser debatidas na Concertação Social, procuram ter a resposta pronta, quando a necessidade de garantir cursos para desempregados for ainda mais premente. O mesmo se

AS LEIS DA 'FLEXIGURANÇA'

Flexibilidade...	Segurança
... para despedir e contratar	... na manutenção de um dado emprego com um dado empregador
... de horário de trabalho, do trabalho suplementar e do trabalho a tempo parcial	... na manutenção de um emprego, ainda que com outro empregador
- Pluralidade de empregadores, organização flexível do trabalho	... do rendimento, em caso de perda de trabalho remunerado
- Remuneração em função de resultados	- Capacidade de combinar o trabalho remunerado com outras responsabilidades e obrigações

Fonte: Ton Wilthagen, adaptado

passa com a enorme reconversão em curso no que toca aos índices de escolaridade: o programa Novas Oportunidades espera qualificar 1,5 milhões de adultos e dar formação adicional a 600 mil jovens.

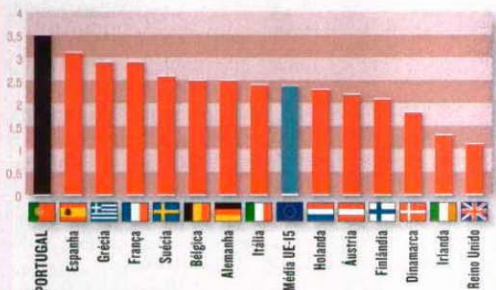
O pacote de *segurança* é a parte *fácil*. Mas são precisas duas palavras para a *flexigurança*. A outra delas é flexibilização. Vieira da Silva lembra que a «adap-

tabilidade da economia», outra forma de nomear a mesma coisa, já ditou medidas como a gestão flexível dos tempos de trabalho e a diminuição das categorias profissionais. Porque quanto mais regulamentada for a carreira profissional, mais difícil se torna a um empregador redireccionar os seus profissionais para áreas em que sinta necessidade. A «mobilidade», agora imposta à Função Pública, é uma velha reivindicação das associações empresariais.

Neste momento, o que deixa os sindicatos em alerta máximo é o lema «liberdade para despedir e contratar». Florival Lança, da Comissão Executiva da CGTP, não tem dúvidas: «O único vértice a ser aplicado em Portugal vai ser o da liberdade para o patrão despedir.» Conceder da experiência dinamarquesa, Lança não vê nenhuma hipótese de repetição lusa daquele «milagre». «Tentar aplicar esse ▶

EMPREGO PROTEGIDO...

As leis portuguesas são, na Europa, as mais restritivas no que toca a despedimentos. Se conjugarmos os limites ao despedimento de trabalhadores com contratos sem termo, às regras impostas à contratação temporária e à dificuldade em realizar despedimentos colectivos, o nosso país surge destacado, em primeiro lugar, no contexto da Europa dos QUINZE



Fonte: OCDE, Perspectivas do Emprego, 2005

>> COMO OS NOSSOS EMPREGOS...

conceito na União Europeia, e sobretudo em Portugal, é um disparate», afirma. Nos países nórdicos, a troca de mais segurança por mais flexibilidade tem, nos sindicatos, aliados poderosos. Ali funciona uma autêntica co-gestão, entre trabalhadores, Governo e empresários. E por cá? «Aqui somos o bombo da festa», resume. «Na Dinamarca os sindicatos não são discriminados, nem perseguidos. As coisas funcionam bem.» Basta olhar para o número de trabalhadores sindicalizados nos dois países para verificar a diferença.

Se a situação fosse outra, a disponibilidade dos sindicatos seria, também, diferente. «Se nos garantirem o nível de protecção social da Dinamarca, aí sim, estaremos disponíveis, não para aceitar, mas para discutir», avança o dirigente da CGTP. O ministro Vieira da Silva considera «positiva» esta disponibilidade avançada por Florival Lança. E até concede validade a alguns argumentos do sindicalista. «O grau em que se combinam flexibilidade e segurança vai sendo construído», não é um modelo «fechado». Até porque em Portugal há «uma rigidez for-

mal» das leis laborais, mas na prática vigora a «flexibilidade informal».

Há, no entanto, um problema importante. «Portugal transmite uma imagem de rigidez que não lhe é favorável», avança Vieira da Silva. Basta ver os últimos dados do Banco Mundial sobre os custos de despedir um trabalhador. A média das indemnizações a pagar é, na OCDE, de 31,3 semanas de salário. Na Europa e Ásia Central esse custo desce para 26,2 semanas. Em Portugal é de 98,7 semanas de ordenado. A OCDE (que sempre foi adepta da flexibilidade *tout-court* e agora balança para a *flexigurança*) também coloca o nosso país no topo dos inflexíveis (ver *infografia*).

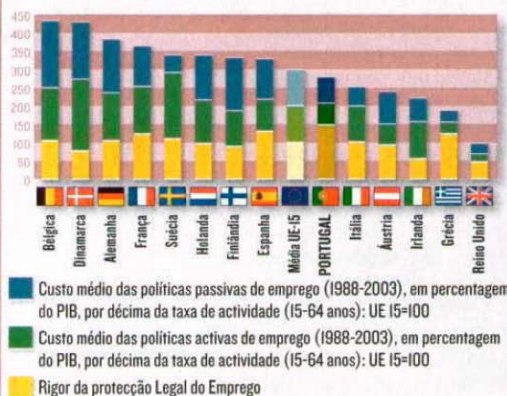
Os números podem enganar? Pedro Adão e Silva, sociólogo e investigador do Instituto Universitário Europeu de Florença, acredita que sim. Mais do que *flexigurança*, considera prioritária uma espécie de *flexividade*, mistura de «flexibilidade e efectividade». Ou seja, acabar com as situações de precariedade, como os falsos recibos verdes, para resolver o problema do mercado informal de trabalho.

A UNIÃO FAZ A FORÇA	
PORTUGAL	
População	10 407 500
Trabalhadores sindicalizados	1 165 000
DINAMARCA	
População	5 383 500
Trabalhadores sindicalizados	2 151 000

Fonte: European Industrial Relations Observatory, 2004

... E TRABALHADORES DESPROTEGIDOS

No que toca a gastos com políticas sociais para trabalhadores, Portugal aparece bastante abaixo da média europeia. O nosso país gasta menos em políticas de mercado de trabalho e na protecção social dos desempregados do que alguns parceiros europeus (como a Dinamarca, que tem das leis mais «flexíveis» no que toca a despedimentos)



Fonte: Livro Verde sobre as Relações Laborais (2006)

Até porque vê «com muita dificuldade», que haja folga orçamental para testar o programa nórdico. E não só pela razão financeira: «Seria preciso que empresários e sindicatos tivessem isso nas suas prioridades...»

ANTÓNIO DORNELAS faz parte da equipa (que tomou posse ontem, quarta-feira, 22) do futuro *Livro Branco*, que avançará, dentro de um ano, com propostas legislativas sobre esta matéria. Liderada por António Monteiro Fernandes (especialista em *flexigurança*), a equipa do *Livro Branco* conhece o efeito dessa aparente «rigidez das leis laborais» nas decisões dos investidores estrangeiros. «Se um empresário sul-coreano olhar para os dados do Banco Mundial, sem conhecer a realidade portuguesa, assusta-se e investe noutro lado», adianta Dornelas. Nada mais natural, num mundo que até começa a estudar o fenómeno do «emprego *off-shore*». «Um *call-center* de uma empresa portuguesa pode estar instalado em Cabo Verde, ou no Brasil, onde os custos do trabalho são menores», refere este especialista.

Nas conclusões do *Livro Branco* estará incluído o inquérito à situação real do emprego em Portugal, que procurará perceber a dimensão da tal «flexibilidade»

PORTUGAL

>> COMO OS NOSSOS EMPREGOS...

informal». Também neste ponto, alguns países europeus estudam formas de legalizar o falso trabalho independente. Itália e Alemanha consagram nas suas leis mecanismos de defesa dos trabalhadores «para-subordinados», ou «economicamente dependentes, juridicamente não subordinados». Complicado?

É o ar do tempo em toda a Europa. A Comissão Europeia, presidida por um conhecido adepto da flexibilidade, Durão Barroso, também se rende à *flexigurança*. Nos próximos dias, segundo a VISÃO apurou, será aprovado o Livro Verde da União Europeia que defende esta combinação de medidas. E não faltará muito para que as até agora vagas recomendações comunitárias dêem lugar a directivas concretas. O óbice principal é o custo. Em tempo de vacas magras, como encaixar os 4,4% do PIB que a *flexigurança* consome na Dinamarca? Fazendo um fato à medida de cada freguês.



ANTÓNIO DORNELAS

ANTÓNIO DORNELAS «É o melhor modelo que conheço»

Há muito que José Sócrates se inteira desta complexa moda. A VISÃO sabe que a *flexigurança* já foi debatida com os presidentes Sampaio e Cavaco Silva, e faz parte da agenda de prioridades do Governo. Desde que tomou posse, o Governo tem feito um verdadeiro estágio nas *núances* do modelo nórdico que o primeiro-ministro defende. Poul Rasmussen é, há muito, a voz mais ouvida por Sócrates nesta matéria. A última vez que se encontraram foi ao almoço, durante o Congresso do PS. Rasmussen recebeu uma tremenda ovação dos delegados socialistas. Eis o que disse: «Não podemos garantir o mesmo emprego para as pessoas durante toda a vida activa. Mas podemos garantir que haverá novos empregos e melhores empregos. Se pudemos fazer isto na Dinamarca, também podemos fazê-lo em Portugal.» ■



COMPARAÇÕES «Entre Portugal e a Dinamarca há tanto em comum...»

INACIO LUDENGO

>> POUL RASMUSSEN

O pai da 'flexigurança'

EX-SINDICALISTA E EX-PRIMEIRO-ministro da Dinamarca, Poul Nyrup Rasmussen é o actual dirigente máximo do Partido Socialista Europeu. Defende que o caminho para a esquerda europeia que governa é uma «combinação de flexibilidade» no trabalho com uma «nova segurança social». Chama-lhe «o novo *new-deal*». Falou com a VISÃO, numa breve passagem por Portugal, onde assistiu ao Congresso do PS. «Estou aqui para apoiar o Governo»

VISÃO: O que é a *flexigurança*?

POUL RASMUSSEN: Chamamos *flexigurança* a uma combinação da flexibilidade com uma nova segurança social. É um misto de reformas. Em França, por exemplo, o Governo só fala de flexibilidade. E há uma tradição da esquerda europeia de só falar da segurança. Eu falo das duas. Nós falamos das duas. Vejo que o Governo de José, aqui, fala das duas.

Do seu ponto de vista, esta é a mais difícil das reformas?

É. No início é muito difícil. Há uma grande discussão – que eu também vejo aqui, em Portugal – com parte do movimento sindical. Eu propus o seguinte aos sindicatos: sei que isto é uma grande mudança, mas os trabalhadores, assim, conquistarão novos direitos, no lugar dos antigos direitos. Vamos fazer um acordo. Do lado do Governo, prometi que iríamos investir, se os sindicatos prometessem que não lutaríamos contra estas reformas. Dois anos

depois, voltaríamos a reunir-nos e faríamos um balanço. E resultou.

Chamou-lhe um novo *new-deal*...

E é. Em Portugal, vejo uma nova possibilidade para um acordo positivo entre as modernas empresas portuguesas, o Governo e os trabalhadores. Repare, entre Portugal e a Dinamarca há tanta coisa em comum... Somos povos marítimos, atlânticos, orientados para o exterior, sempre lutámos contra um vizinho grande. É claro que há diferenças de bem-estar, mas não são fundamentais. Se José Sócrates e o seu Governo prosseguirem nesta direcção, o país pode descolar. Ganharão mais e mais...

Não é difícil negociar a *flexigurança* com um crescimento económico fraco?

Acho que a taxa portuguesa de crescimento ainda está a crescer. E é claro que isso é muito importante para o êxito de todo este processo. A minha esperança é que as empresas portuguesas entendam que é do seu próprio interesse investir, agora. Se formos noutra direcção, o pessimismo vencerá. Já vi isso acontecer noutros países europeus. Por isso, estou aqui, para apoiar o Governo, da forma mais clara possível. Nós, socialistas europeus, temos de prosseguir numa direcção comum. Se isso acontecer, haverá mais emprego em Portugal. Algo como 50 mil a 100 mil novos empregos. O ponto é saber se Portugal consegue unir-se nesta estratégia e se a Europa vai segui-la. Se assim for, estaremos melhor. ■

LEI DO TRABALHO GOVERNO PREPARA REVOLUÇÃO